

THE PRODUCTION OF TERRITORY

Antônio Firmino de Oliveira Neto¹
Sergio Iván Braticevic²
Carlos Martins Júnior³

Resumo: Tendo como ponto de partida a premissa de que a diferenciação do homem em relação aos outros animais se dá pela capacidade que ele tem de produzir a sua própria sobrevivência, este texto faz uma discussão conceitual sobre a produção do território. Ao longo da história, para satisfazer as suas necessidades, o homem estabeleceu uma relação dialética com a natureza, incluindo aí, uma relação com um determinado território que, no seu uso permanente, transforma-o no quadro de vida. Entende-se assim que o território constitui-se na primeira noção espacial da relação que o homem manteve e ainda mantém com a natureza. Mas, no modo de produção capitalista, o primeiro território, é o território da produção. No capitalismo, a relação que as classes mantêm com a natureza, não tem qualquer fundamento natural já que a natureza não produz proprietários de dinheiro e tampouco homens que não possuem mais nada além da sua força de trabalho.

Palavras-chave: Território; produção do território; materialidade humana; Relação homem natureza.

Abstract: In this paper the authors realize new contributions to one of the most important concepts of the geographical discipline, the territory. This way, across the transdisciplinary treatment, they show how the territory production is connected with the human intervention on the environment. Therefore, the constant transformation of nature has vital importance in the process of territory's production. Finally, they analyze –in the capitalist production of space- how the appropriation and transformation of nature are based on obtaining profit, determining the emergent forms of territory in concordance with parameters of capitalist valorization.

Key words: production of territory, transformation of nature, capitalist system.

Resumen: En el presente artículo los autores realizan novedosos aportes a uno de los conceptos más importantes de la disciplina geográfica, el territorio. En este sentido, a través del abordaje transdisciplinar, se muestra cómo la producción de territorio se encuentra estrechamente relacionada con la intervención de los seres humanos sobre el medio. Así, la constante transformación de la naturaleza por parte del hombre adquiere vital importancia en el proceso de producción del territorio. Por último, se analiza cómo –en la producción capitalista del espacio- la apropiación y transformación de la naturaleza se basan en la obtención de ganancias, determinando de esta manera que las formas de territorio emergentes se desarrollen de acuerdo a los parámetros de la valorización capitalista.

Palabras clave: producción de territorio, transformación de la naturaleza, sistema capitalista.

¹ Doutor em Geografia, professor do Câmpus de Aquidauana e do Programa de Pós-graduação em Estudos Fronteiriços do Câmpus do Pantanal da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. E-mail: firmino.oliveiraneto@gmail.com

² Doutor em Geografia, pesquisador de CONICET (Argentina) no Instituto de Ciências Antropológicas da Universidade de Buenos Aires. E-mail: sergiobraticevic@gmail.com.

³ Doutor em História, professor do Câmpus de Aquidauana e do Programa de Pós-graduação em Estudos Fronteiriços do Câmpus do Pantanal da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. E-mail: carlos.martins@ufms.br

Introdução

Travar uma discussão a respeito do conceito de território é uma tarefa árdua que, apesar de implicar em estudos que extrapolam os limites teóricos e conceituais da Geografia, tornam-se importantes para a análise geográfica da realidade nos dias atuais. Alejandro Benedetti (2011, p. 34/35) enfatiza que nas recentes elaborações da Geografia, “el concepto de territorio desempeña el papel que tuvo la región en el período clásico y el de espacio para los enfoques analíticos de medianos del siglo XX, en el sentido de ser un concepto integrador por excelencia”.

Nesse contexto, pretendemos adentrar as discussões sobre o território tendo, como limite, a noção territorial da área usada pelo homem na relação histórica que ele estabelece com a natureza para produzir a sua existência. Milton Santos (1994, p.15) afirmou ser “o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele o objeto de análise social”. O autor acrescenta ainda que “Trata-se de uma forma impura, um híbrido, uma noção que, por isso mesmo, carece de constante revisão histórica”. Para Santos, o que o território tem de permanente “é ser nosso quadro de vida”.

O ponto de partida para a discussão a ser levada adiante é a premissa de que a diferenciação do homem em relação aos outros animais se dá pela capacidade que ele tem de produzir a sua própria sobrevivência. Para isso, o homem estabelece uma relação dialética com a natureza, incluindo aí, uma relação com um determinado território que, no seu uso permanente, transforma-o no quadro de vida, para repedir os dizeres de Santos. A partir dessa premissa, entende-se que o território constitui-se na primeira noção espacial da relação que o homem manteve e ainda mantém com a natureza durante o processo histórico de produção dos bens constituintes da sua materialidade.

A constituição do território no histórico processo de produção da materialidade humana

Para a produção da existência humana, ou da materialidade que dá consistência a essa existência, o homem retira da natureza não apenas o que ela lhe oferece naturalmente. O ser humano extrai da natureza, também outros materiais possíveis de serem transformados em outra coisa que lhe seja útil. Ou seja, para a satisfação de alguma necessidade, seja ela natural ou adquirida culturalmente, o homem recolhe da natureza as coisas naturalmente disponíveis

<https://periodicosonline.uems.br/index.php/GEOF/index>

(cipó, frutas, folhas, raízes, penas, peles, carnes, etc.), mas retira também outras coisas que podem se transformadas por ele (madeira, óleos, minérios, etc.).

Desta forma, indo muito além de uma relação natural animalesca com a natureza, o homem consome, não somente aqueles elementos que satisfaçam as suas necessidades básicas e que permitam a ele continuar existindo como qualquer outro animal. Nessa relação, ele consome, igualmente, qualquer componente natural que lhe possibilite transformá-lo e produzir os bens materiais necessários para a sua existência enquanto ser social. Marx e Engels (1986, p. 27) escreveram que “Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião ou por tudo que se queira”. Porém, argumentam os autores, “eles próprios começam a se diferenciar dos animais tão logo começa a produzir seus meios de vida, passo este que é condicionado por sua organização corporal”, eles afirmam ainda que “Produzindo seus meios de vida, os homens produzem, indiretamente, sua própria vida material”.

Ampliando a argumentação de Marx e Engels, pode-se dizer que, todo esse processo, no qual o homem produz os bens que possibilitem a sua existência material, é realizado por intermédio do trabalho e tem, como base, um determinado território. Assim, o trabalho e o território se apresentam como o alicerce de todo o mundo humano sensível. Pode-se afirmar, por consequência desse pensamento, que é no processo contínuo do uso do território e da realização do trabalho que o ser social, homem, transforma os elementos da natureza nos bens materiais que satisfaçam as suas necessidades e, assim, humaniza o território, pois ainda segundo Milton Santos (1994, p.16) “O território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimos do espaço humano, espaço habitado”.

Desta maneira, é por meio do trabalho e no uso do território que o homem transforma o que era natureza natural em natureza socializada sem que, no entanto, ela deixe de ser natureza. Utilizando continuamente o território e modificando os elementos naturais com o seu trabalho, o homem, ao mesmo tempo em que produz a sua existência material, produz também outra natureza, diferente daquela com a qual ele se relacionou até então. Ou seja, pela ação humana, os objetos da natureza se transformam em bens materiais e a área de onde os objetos são retirados se transforma em território.

Em princípio, a idéia de produção da natureza pode parecer paradoxal, ou até mesmo absurda, pois a natureza é comumente vista como tudo aquilo que não é produto do homem. Entendendo a natureza assim, o território natural, substrato dos elementos oferecidos

<https://periodicosonline.uems.br/index.php/GEOF/index>

naturalmente pela natureza, apresenta-se, num primeiro momento, como a base material da vida diária de todos os animais, incluindo-se aí o homem. Mas, analisada num contexto histórico, essa aparência que, na verdade, é o resultado do desenvolvimento do território natural, apresenta-se como um processo de produção da natureza, resultante da produção geral da humanidade a partir da relação do homem com a natureza, tendo como base um domínio territorial.

Neil Smith (1988, p.71) afirma que, analisando-se a partir da produção em geral, passando pela produção para a troca e chegando até a produção capitalista, todas as armas lógicas e históricas dos argumentos sobre o assunto levam à conclusão de uma “produção da natureza”. O autor enfatizou que “As sociedades humanas agora produzem a natureza de modo tão completo que a cessação do trabalho produtivo provocaria alterações profundas na natureza, incluindo a extinção da natureza humana”.

Assim, perseguindo o raciocínio de Smith, observa-se que a relação estabelecida entre homem e natureza, inicialmente simples e natural, foi transformando-se num processo complexo, contínuo e dialético. As consequências, decorrentes dessa relação, foram sendo repassadas de uma geração para outra, causando efeitos em ambos e pesando, “inexoravelmente, sobre a consciência dos vivos”, como afirmou Karl Marx (1971, p. 15), para quem, os homens fazem a sua própria história, mas “não a fazem arbitrariamente, nas condições escolhidas por eles, mas antes sob as condições diretamente herdadas e transmitidas pelo passado”.

É necessário lembrar, ainda, que o início do processo de produção da materialidade humana e a conseqüente transformação da natureza estabeleceu o momento histórico em que o homem tornou-se um ser social. Para Milton Santos (1988, p. 8) “A natureza primitiva, como sinônimo de “natureza natural”, só existiu até o momento imediatamente anterior àquele em que o homem se transformou em homem social, através da produção social”, ainda segundo Santos “A partir desse momento, tudo o que consideramos como natureza primeira já foi transformada”.

Henri Lefebvre (2006, p. 5) também afirmou que “De onde o esforço para sair da confusão considerando o espaço (social), assim como o tempo (social), não mais como fatos da ‘natureza’ mais ou menos modificada, nem como simples fatos de ‘cultura’, mas como produtos”. Para o autor, a produção do espaço e do tempo não pode ser considerada “como ‘objetos’ e ‘coisas’ insignificantes, saindo das mãos ou das máquinas”. Ainda para Lefebvre,

<https://periodicosonline.uems.br/index.php/GEOF/index>

eles seriam os principais aspectos da segunda natureza “efeito da ação das sociedades sobre a ‘primeira natureza’; sobre os dados sensíveis, a matéria e as energias”.

Desde o momento em que o homem se transformou em um ser social, com as sucessivas transformações causadas na natureza, embora lentas, passaram a ocorrer simultâneas modificações no homem. Assim sendo, esse processo tem duplo aspecto, pois como afirma ainda Milton Santos (1981, p. 89), “no processo de desenvolvimento humano, não há separação do homem e da natureza. A natureza se socializa e o homem se naturaliza”. Ao mesmo passo que o homem transforma a natureza, ele transforma também a sua própria natureza, alterando tanto a sua consciência quanto a sua anatomia. Devido ao trabalho, o homem contemporâneo difere-se do homem pré-histórico, do mesmo modo que a natureza que o primeiro relaciona-se não é a mesma natureza com a qual o segundo se relacionava no seu respectivo tempo. Como afirmaram Marx e Engels (1986, p. 69):

De resto, a natureza, a natureza que precede a história humana, não é de forma alguma a natureza na qual vive Feuerbach, é a natureza que hoje já não existe em parte alguma (exceto talvez em algumas ilhas de coral australianas de formação recente) e que, portanto não existe para Feuerbach.

Portanto, é na sua capacidade em produzir os bens materiais que satisfaçam as suas necessidades, que o homem dá, historicamente, consistência e sentido à sua existência social, pois, o ato de produzir do homem é o momento em que se altera a forma da natureza. Como é por intermédio do seu trabalho que o homem realiza a alteração na forma da natureza, não seria nenhuma heresia afirmar que o trabalho promove a relação de puro valor de uso entre homem e natureza, portanto a primeira constituição do território também se baseia no uso e no exclusivo valor de uso dele decorrente.

Nesse sentido, a primeira divisão do trabalho dá-se, ainda, numa relação de absoluto valor de uso, com as tarefas básicas da reprodução humana divididas entre sexo e idade. Nesse momento⁴, é por meio das ações familiares e tribais, sobre os recursos naturais, que as necessidades individuais são satisfeitas, fazendo com que o indivíduo se aproprie apenas da natureza do território com qual tenha contato direto. O grupo explora, com tarefas divididas entre homens, mulheres, jovens e velhos, conforme a sua formação social, os elementos

⁴ Embora estejamos nos referindo aos primórdios da humanidade, usaremos os verbos no presente, pois teoricamente essas relações repetem-se em todos os momentos da história humana.

<https://periodicosonline.uems.br/index.php/GEOF/index>

naturais do seu território, com os quais produz os elementos que satisfaçam as necessidades dos membros do seu grupo. Disso implica que os indivíduos tenham contato apenas com a natureza do território usado pelo grupo ao qual faz parte, onde providenciam os recursos para preencher as suas necessidades e as necessidades do grupo⁵.

Nesse estágio de desenvolvimento, esse contato direto com a natureza estaria limitado ao alcance territorial das ações do grupo ao qual o indivíduo está inserido. Assim entendido, o uso do território seria estabelecido com os limites impostos pelos aspectos naturais do relevo, do clima, da vegetação, da oferta de água, etc.. Esta situação limita, na mesma proporção, para cada um dos membros do grupo a sua consciência e a sua existência.

Nas circunstâncias impostas pelas condições naturais do território usado, a produção da existência de cada indivíduo é de exclusiva responsabilidade do grupo ao qual faz parte. As mesmas condições induzem, igualmente, uma preocupação pela proteção e manutenção do território, causando disputas entre grupos diferentes que buscam o domínio e a ampliação das reservas que permitem a sua produção material.

Essa situação só foi passível de superação com o surgimento do excesso na produção dos bens que dão materialidade à existência da sociedade, possibilitado pelo desenvolvimento e aperfeiçoamento de novas ferramentas de trabalho e, certamente, pela sedentarização do grupo. Por sua vez, as condições que possibilitaram a produção do excedente social criam também, dentre outras coisas, a ampliação das necessidades sociais e o aumento geral da população, ao mesmo tempo em que levou ao surgimento de uma nova divisão do trabalho, tornando-se a base da divisão da sociedade em classes. A contínua produção do excedente social possibilitou a humanidade emancipar-se das restrições impostas pela natureza do território ocupado, estabelecendo outra dimensão territorial. Por sua vez, a produção do excedente e o aumento da população induziram à necessidade da troca que, possivelmente, se caracteriza como o mais importante ato social da humanidade, já que fator determinante na ampliação das relações homem/homem, homem/natureza e homem/território. Neste mesmo sentido, David Harvey (2006, p. 34) analisou:

⁵ Neste sentido, é fundamental marcar uma definição do conceito de *territorialização*. Assim, Vicente Di Cione (2004, p 1) afirma que: “Por territorialización entendemos el conjunto de procesos que dan lugar a la formación, marcación, distribución y apropiación de la realidad geográfica (física y cultural) por los actores sociales o, con mayor rigor, *geohistóricos*. Cada territorio es el resultado de procesos complejos de territorialización a nivel mundial (global) y en los diferentes particularismos estatales, regionales y locales. En tanto proceso *geohistórico* concreto, real, presupone la interdependencia dialéctica de los momentos objetivos y subjetivos: los objetos y los sujetos territoriales y los procesos de objetivación y subjetivación”.

<https://periodicosonline.uems.br/index.php/GEOF/index>

Para empezar, los excedentes aparecen de variadas maneras. Los recursos naturales y otras condiciones de la naturaleza proveen la posibilidad de la rápida producción de excedente, de manera que el acceso abierto al control sobre sitios ricos en recursos se convierte en una forma sombría de acumulación a través de la apropiación.

A possibilidade da troca, a partir da produção do excedente, desencadeou também o surgimento da vontade e da necessidade da produção especificamente para a troca, fazendo com que a relação entre homem e natureza deixasse de ser baseada exclusivamente no valor de uso, adquirindo também conteúdo do valor de troca, já que o valor de uso além de base é, por sua vez, também, um potencial para o valor de troca. Por conseguinte, a troca escancara a realidade mostrando que “a produção da vida material não é apenas uma atividade natural, na qual a natureza supre o sujeito, objeto e instrumento do trabalho”, conforme afirmou Neil Smith (1988, p. 77). A produção para a troca pressupõe o desenvolvimento e a ampliação da divisão do trabalho e a alteração da noção de território, pois ambos constituem-se como elementos da natureza da produção para a troca.

A divisão do trabalho, na realidade da produção para a troca, extrapola aquela divisão das tarefas entre idades e sexos restritas as relações tribais explicitadas anteriormente, pois pressupõe a divisão entre sociedades diferentes, criando uma nova divisão do trabalho que passa a ser também territorial. Numa realidade baseada na troca, os grupos passam a ter contatos e a apropriar-se da natureza de lugares cada vez mais distantes, ultrapassando os limites de alcance das suas ações, anteriormente limitadas pelas condições naturais do território. Deste modo, entre sociedades diferentes, além de distintos bens materiais, trocam-se também naturezas, pois são delas que os bens são extraídos.

Trocando aquilo que produzem por bens materiais produzidos por outras sociedades, em lugares longínquos, muitas vezes sequer imaginados, os indivíduos passam a relacionar-se e apropriar-se de naturezas até então desconhecidas para eles. Com as relações implicadas pelo processo de trocas é ampliada a existência material e a consciência do indivíduo, que é uma parte da materialidade humana, pois “A produção de idéias, de representações, da consciência, está, de início, diretamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, como a linguagem da vida real”, como afirmaram Marx e Engels (1986, p. 36). Os autores acrescentam ainda que:

Os homens são os produtores de suas representações, de suas idéias, etc., mas os homens reais e ativos, tal como se acham condicionados por um

<https://periodicosonline.uems.br/index.php/GEOF/index>

determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde até chegar às suas formações mais amplas (p. 37).

No contexto da troca, conjuntamente com os elementos da natureza – modificados ou não, trocam-se também tecnologias – na forma de ferramentas e de técnicas de produção, informações, conhecimentos, costumes, riquezas, idéias, culturas, etc., ampliando os limites da consciência do homem, levando-o até as regiões onde habitam as sociedades com as quais são desenvolvidos os intercâmbios. Nas condições ampliadas pela troca de naturezas a produção dos bens que dão materialidade e consistência à existência humana, deixa de ser responsabilidade exclusiva do grupo ao qual o indivíduo pertence, para transformar-se em responsabilidade da humanidade como um todo.

Ao transformar a natureza do seu território usado, o indivíduo, além de produzir os bens materiais que satisfaçam as necessidades do seu grupo, contribui, inexoravelmente, para a produção da materialidade dos outros grupos com os quais faz qualquer tipo de troca. Como o inverso também é verdadeiro, a disputa em torno do território deixa de ter o caráter exclusivo da luta pela sobrevivência e passa a assimilar outros fatores sociais e culturais, inclusive o da disputa entre classes sociais.

Ao mesmo tempo em que produz para satisfazer as suas necessidades naturais, com as quais já nasce, o homem produz também necessidades novas, provenientes da sua própria evolução. Essa realidade é alargada na mesma dimensão em que se ampliam as relações de troca entre sociedades diferentes, fazendo com que determinadas necessidades antes restritas aos grupos, passem a ser constituídas como necessidades para todas as sociedades. A ausência da satisfação dessas necessidades levaria a humanidade a um colapso de tal vulto que, possivelmente, ela deixaria de existir nos moldes em que se estruturara e que levou ao surgimento de tais necessidades. Como já foi citada em parágrafo anterior, a produção para a troca induz uma ampliação da divisão social e territorial do trabalho, criando outras divisões, como as divisões entre trabalho intelectual e trabalho manual, entre produção e comércio, entre cidade e campo, etc., ao mesmo tempo em que oportuniza o desenvolvimento do dinheiro e o surgimento de classes sociais. A divisão da sociedade em classes indica também um acesso à natureza diferenciado entre as classes sociais. Existindo classes sociais que tem acesso à natureza e dela se apropriam, sem a necessidade de executar trabalho algum para isso.

<https://periodicosonline.uems.br/index.php/GEOF/index>

Os bens materiais são aqui entendidos como natureza, natureza construída subjetivamente, como símbolo, ou seja, a imaterialidade, que se transforma em bens materiais e no sentido mais amplo, na materialidade que dá consistência e condição a existência humana. Isso implica dizer que, quanto menor a capacidade do indivíduo adquirir bens, menor será o seu acesso e apropriação da natureza, assim como menor será a dimensão territorial desse acesso e menor será a sua consciência material. Da mesma forma que o inverso também é verdadeiro, pois quanto maior for a capacidade do indivíduo adquirir bens, maior o será o seu acesso e apropriação da natureza, assim como maior será a sua abrangência territorial, possibilitando o contato com naturezas mais longínquas e, certamente, maior será a sua consciência material. Disso implica que, com a produção para a troca, há um aumento da riqueza produzida, mas sem, contudo, o equivalente aumento da riqueza das classes trabalhadoras, ou seja, existe uma apropriação pelas classes dominantes do excedente social produzido pelas classes trabalhadoras.

Nessa realidade, as classes têm sua relação com a natureza modificada. As classes trabalhadoras são alienadas do produto do seu trabalho, ou da relação direta que elas mantêm com a natureza. Já as classes que se apropriam desse produto são alienadas da ligação direta com a natureza, pois não executam o trabalho de modificá-la. Para Neil Smith (1988, p. 81), “Contudo, qualitativamente também se altera a relação entre classe trabalhadora e natureza, pois apesar de estarem diretamente ligados à natureza pelo uso de sua capacidade de trabalho, são alienados de seu próprio produto”. Enquanto que “o proprietário do produto está alienado de qualquer ligação direta, prática com a natureza, porque foi privado do seu próprio trabalho”.

Smith prossegue escrevendo que a alienação do trabalhador não se dá apenas do produto. Segundo o autor, ela vai muito além, pois a crescente especialização das tarefas de trabalho, faz com que o trabalhador se veja alienado dos seus companheiros chegando, inclusive, a alienar-se de si mesmo. Desta maneira, a mudança na relação com a natureza provoca nas classes trabalhadoras também uma alienação da consciência, pois ao mesmo tempo em que a troca de produtos amplia a consciência do indivíduo, como já citado anteriormente, a divisão da sociedade em classes, faz o processo inverso, limitando a consciência das classes trabalhadoras.

O desenvolvimento da produção para a troca amplia a produção da natureza em escalas cada vez maiores e transforma o indivíduo num produto social. Nesse contexto o

<https://periodicosonline.uems.br/index.php/GEOF/index>

indivíduo deixa de produzir apenas a sua existência material para produzir o conteúdo social da sua existência. A troca se concretiza pela sua abstração do valor de uso dos bens produzidos, e a conseqüente sobreposição do valor de troca sobre o valor de uso. Como a essência da relação do homem com a natureza dá-se com base no valor de uso, essa sobreposição do valor de troca implica no desenvolvimento da ruptura entre sociedade e natureza e igualmente entre primeira e segunda natureza.

A produção do território no modo capitalista de produção

Até agora o presente texto dedicou-se às análises da produção da materialidade humana e na constituição do território, tendo como ponto de partida a relação entre homem e natureza. Faz-se necessária, portanto, uma análise de como essa produção acontece a partir das relações sociais do capitalismo. Esse diagnóstico é um quesito fundamental para o entendimento da produção dos bens materiais e do estabelecimento de novos territórios no mundo contemporâneo. Pois a “cada apropriação do espaço implica uma nova atribuição de coerência, de uma nova lógica que adquire conteúdo com um devir social específico, no qual se tecem o individual e o coletivo” (NICOLAS, 1994, p. 85).

O primeiro aspecto do capitalismo a ser explicitado é a existência de classes sociais que dominam os meios de produção, mas não executam trabalho, pois não se envolvem diretamente na produção de bens. Por outro lado, existem também classes sociais que dominam somente a sua capacidade de participar da produção de bens, tendo a necessidade de vender a sua força de trabalho para isso. Assim é estabelecido o primeiro território do modo capitalista de produção, ou seja, o território da produção. É importante lembrar também que, no capitalismo, as classes mantêm com a natureza, uma relação que não tem nenhum fundamento natural, pois, segundo Marx, a natureza não produz proprietários de dinheiro e bens, de um lado, e homens que não possuem mais nada além da sua força de trabalho, de outro.

No capitalismo o produto excedente, ou o excedente social, aparece na forma de valor excedente, como enfatizou David Harvey (2006, p. 34): “La perpetua búsqueda de recursos naturales de alta calidad que pueden ser despojados para el excedente y la producción de plusvalor, ha sido por lo tanto, un aspecto fundamental para la geografía histórica del capitalismo”. O modo capitalista de produção exige o crescimento contínuo da produção do

<https://periodicosonline.uems.br/index.php/GEOF/index>

excedente para a sua própria sobrevivência, o que indica que a reprodução da vida material fica, invariavelmente, subordinada à produção constante do valor excedente. A produção para a troca é totalmente ampliada no modo capitalista de produção, de tal modo que, a apropriação da natureza toma escala mundial, fazendo com que os recursos naturais sejam buscados em qualquer lugar do planeta que ele exista. Harvey afirma ainda que:

El grado en que estos recursos y complejos de recursos están desigualmente distribuidos determina que un cierto tipo de desarrollo geográfico desigual resulta construido alrededor de condiciones de productividad agrícola o la presencia de reservas de petróleo. La tierra, valor de uso que puede ser modificado, las mercancías de dinero (oro), las fuerzas de trabajo (incluyendo las destrezas), los artefactos culturales y las costumbres locales, las redes sociales y otras cosas por el estilo, proveen objetivos más directos para las actividades de apropiación. Todos estos están diferenciados y localizados geográficamente y su apropiación por lo tanto, depende de estrategias espaciales para ganar acceso y comando sobre ellos” (2006, p. 34).

Disso resulta que o indivíduo se relaciona com a natureza do planeta inteiro, independente de onde ele e ela estejam. Isso implica dizer que o território capitalista, ou o domínio da produção capitalista sobre o território, passa a ser global, mas deve-se reconhecer a existência de outros territórios, estabelecidos por questões pontuais de cultura ou de poder.

Ironicamente, ao mesmo tempo em que a produção capitalista propicia uma maior apropriação da natureza pela humanidade, ela aprofunda as desigualdades dessa apropriação. Quanto menor a capacidade de o indivíduo consumir, menores serão as suas possibilidades de apropriar-se da natureza e, inversamente, aqueles com maior poder de consumo, são os que mais se apropriam dela.

Não pode ser esquecido também que é primordial para a produção capitalista o desenvolvimento do trabalho científico. Dele resulta o aperfeiçoamento ultrarrápido da técnica, a construção de máquinas por máquinas e o aprofundamento da divisão técnica do trabalho, próprios da modernidade. Como afirmou Daniel Hiernaux Nicolas (1994, p. 85):

As transformações atuais da economia e da tecnologia reativas à mundialização trazem consigo a produção de um novo de articulação entre o tempo e o espaço que se pode identificar como a simultaneidade tempo-espaço, isto é, a possibilidade de que em diferentes partes da superfície terrestre ocorram fenômenos interligados. Evidente que isso está intimamente relacionado com as inovações tecnológicas.

Por sua vez, a divisão técnica do trabalho passa a ser fundamental para a produção de bens materiais no capitalismo. Embora historicamente a divisão técnica do trabalho se

<https://periodicosonline.uems.br/index.php/GEOF/index>

caracterizou como um elemento de cooperação e possibilitasse a sociabilidade, no modo capitalista de produção, ela passa a ter outra característica. Dominada pelo capital a divisão técnica do trabalho é ritmada pela máquina e pelo tempo do relógio mecânico, impondo uma total alienação do indivíduo e da sociedade.

Na sociedade capitalista os indivíduos consomem os bens materiais necessários a sua sobrevivência sem que tenham mais a menor noção da natureza de qualquer um dos produtos por eles consumidos. Isso se explica, em parte, pela absoluta especialização das tarefas na produção e pela tendência ao desaparecimento dos oficiais – encarregados dos ofícios – de sapateiro, açougueiro, padeiro, etc., já que todos os indivíduos das classes trabalhadoras foram transformados, simplesmente, em trabalhadores, elementos do território da produção capitalista.

No modo capitalista, a produção dos bens que satisfaçam as necessidades do homem, é transformada em produção de mercadorias. Karl Marx (1996, p. 165) afirma que “A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa, a qual pelas suas propriedades satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie”. O autor prossegue afirmando que se a natureza dessas necessidades se origina do estômago ou da fantasia, não faz a menor diferença, pois para ele “não se trata de como a coisa satisfaz a necessidade humana, se imediatamente, como meio de subsistência, isto é, objeto de consumo, ou se indiretamente, como meio de produção”.

Como a força de trabalho também é transformada em mercadoria, a família torna-se uma unidade econômica da sociedade, pois além de consumir bens ela é a reprodutora da força de trabalho. Para a reprodução da força de trabalho a responsabilidade maior passa a ser depositada sobre o núcleo familiar. Os agentes do capital se beneficiam deste fato, pois aqueles que não trabalham como: velhos, crianças, incapazes, etc., não são pagos e tornam-se responsabilidade da família ou do Estado.

Da mesma forma, a entrada da mulher no mercado de trabalho passa a ser, também uma necessidade, pois de dono da mulher, herança do patriarcalismo pré-capitalista, o homem passa a ser o seu capataz, provedor da sua existência. Entretanto, ao libertar-se dessa situação a mulher trabalhadora assume o duplo papel de, ao mesmo tempo, vender a sua força de trabalho e cuidar da casa e dos filhos.

Na lógica capitalista, é repassada ao Estado parte dos custos da reprodução da força de trabalho, que passa a arcar com educação, saúde, previdência e saneamento básico. Como

<https://periodicosonline.uems.br/index.php/GEOF/index>

parte da responsabilidade de reprodução da força de trabalho, cabe ao Estado capitalista a criação de normas que estabeleçam o controle familiar, criando assim as leis do aborto, do casamento, do divórcio, da herança, etc.

Sujeita as flutuações do mercado, como qualquer outra mercadoria, a força de trabalho passa a sofrer influência da utilização de novas tecnologias na sua reprodução como: anticoncepcionais, engenharia genética, tecnologias médicas, etc. Pode-se dizer assim que, no modo capitalista de produção, executa-se a produção da vida, ou pelos menos o controle dela.

Por sua vez, a liberdade, como ideário burguês, é igualmente um importante elemento no estabelecimento dos territórios capitalistas, pois liberdade e igualdade são necessárias ao processo produtivo capitalista. Os trabalhadores têm a liberdade de executar a troca, tanto quanto os membros da burguesia, já que trocam sua força de trabalho por bens. Desta forma, tornando todos, burgueses e trabalhadores, em igualmente consumidores, no modo capitalista de produção, tem-se uma impressão da não existência de classes sociais, ou da igualdade no uso e apropriação do território.

Considerações finais

No modo capitalista, a produção dos bens que satisfaçam as necessidades humanas, assim como a constituição do território proveniente disso, perde o seu caráter histórico e deixa de ser baseada nas necessidades em geral, para ser norteadada pela satisfação de uma necessidade específica do capital, a necessidade do lucro. Na produção primitiva, a responsabilidade da satisfação das necessidades do indivíduo ficava ao cargo do grupo no qual ele estava inserido e a constituição do território se dava numa relação direta entre homem e natureza, e por isso, estava sujeita aos obstáculos criados pelas condições naturais do relevo, do clima, da vegetação, etc.

Na produção para a troca, a responsabilidade da sustentação material do indivíduo passa a ser dividida com toda a humanidade, possibilitando a ampliação do território, com a superação dos obstáculos impostos pela natureza. Já na produção capitalista a responsabilidade da produção da materialidade humana fica direcionada pelo capital e a pela necessidade da sua própria reprodução. Assim, no capitalismo, os territórios são estabelecidos conforme os interesses momentâneos da reprodução do capital ou dos mecanismos de produção da mais-valia.

<https://periodicosonline.uems.br/index.php/GEOF/index>

Levando-se em consideração todos esses aspectos, é possível entender que, no capitalismo, a produção de territórios é, antes de tudo, o estabelecimento de relações baseadas no valor de troca, prevalecendo um domínio da segunda natureza em detrimento da primeira natureza. Enquanto a primeira natureza repousa sobre o valor de uso, a segunda natureza é essencialmente produção de valor de troca. Portanto, o trabalho humano produz a primeira natureza, já a segunda natureza é produzida pelas relações humanas. O que faz dos territórios, no capitalismo, elementos de poder estabelecidos no estrito valor de troca.

Da relação entre homem e natureza, pode-se concluir que a produção da materialidade humana, ou o momento em que o homem passou a utilizar a natureza para produzir socialmente a sua materialidade, constitui-se no primeiro ato histórico. Marx e Engels já afirmaram que para viver, antes de tudo, o homem necessita comer, beber, vestir-se, abrigar-se e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico, seria então, a produção dos meios que permitam a satisfação das coisas necessárias para viver, ou seja, a produção da própria vida material pelo homem seria a condição fundamental de toda a história e que, desde milhares de anos, deve ser repetida todos os dias, simplesmente para manter os homens vivos e a existência da humanidade.

Pode-se dizer, por fim, que a história do homem, enquanto ser social inicia-se a partir do momento em que ele adquire a capacidade de produzir os bens que satisfaçam as suas necessidades. Esse é um processo contínuo, cumulativo e progressivo, causando consequências tanto no homem quanto na natureza e resultando na constituição dos territórios usados apenas para lembrar o pensamento de Milton Santos.

Referências bibliográficas

BENEDETTI, Alejandro. TERRITORIO: concepto integrador de la Geografía contemporánea. In, SOUTO, Patricia (coordinadora). **Territorio, paisaje: Prácticas y conceptos básicos en Geografía**. Buenos Aires: Editorial de la Facultad de Filosofía y Letras/UBA, 2011.

DI CIONE, Vicente. Universos, niveles, campos y escalas de investigación. **Revista Geobaires-Cuadernos de Geografía**. El Palomar: Universidad Nacional de Tres de Febrero, 2004.

HARVEY, David. **Notas hacia una teoría del desarrollo geográfico desigual**. UK/USA: Verso, 2006.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. 4ed. La production de l'espace. Paris: Éditions Anthropos, 2000. Primeira versão, 2006. (Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins do original).

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. 5 ed. São Paulo: Hucitec, 1986. (Trad. José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira).

MARX, Karl. **O 18 do brumário de Louis Bonaparte**. Coimbra: Nosso tempo, 1971.

MARX, Karl. **O Capital. Crítica da Economia Política. Volume I. Livro Primeiro**. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1996 (Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe).

NICOLAS, Daniel Hiernaux. Tempo, espaço e apropriação social do território: rumo à fragmentação na mundialização? In, SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia; SILVEIRA, Maria Laura (organizadores). **TERRITÓRIO: Globalização e Fragmentação**. São Paulo: ANPUR, HUCITEC, 1994.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. 4 ed. São Paulo: Nobel, 1997.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988, 2 ed., 1991.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In, SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura. **TERRITÓRIO: Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual: Natureza, Capital e a Produção do Espaço**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1988. (Trad. Eduardo de Almeida Navarro).

Recebido em 15 de junho de 2016.

Aceito em 15 de junho de 2016.